



Como surgiram as orações substantivas em latim? Análise sobre o estudo de Durham a partir de outras perspectivas

How Did Substantive Clauses Appear in Latin? An Analysis on Durham's Study from Other Perspectives

Alex Mazzanti Jr.

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo/Brasil

alexmazzantijr@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4448-9672>

Resumo: Este artigo tem como objetivo revisar a metodologia empregada por Durham (1901) para descrever a origem das orações substantivas de subjuntivo, a partir do latim de Plauto. Seu objetivo era encontrar exemplares plautinos que pudessem figurar um suposto estágio paratático da língua, do qual teria surgido a hipotaxe em latim. Sendo sua metodologia pouco detalhada e precisa, visou-se aprofundá-la e especificá-la, utilizando instrumental de teorias linguísticas não disponíveis à época, notadamente os conceitos de enunciação, atos de fala e teoria pragmática no geral. Concluiu-se que algumas condições de “harmonização” entre dois verbos paratáticos precisariam ser cumpridas para que o expediente de Durham fosse executado, a fim de se explicar como dois verbos em parataxe podem ser reanalisados em hipotaxe. O artigo segue com algum criticismo sobre o pressuposto de um estágio paratático do latim, algo fundamental à teoria dele. Por fim, uma brevíssima exposição de outra possível abordagem sobre o conjunto de dados por ele recolhido é apresentada, uma visão sincrônica, quantitativa e distribucional.

Palavras-chave: língua latina; Plauto; sintaxe; pragmática; linguística histórica.

Abstract: This paper aims at reviewing the methodology used by Durham (1901) to describe the origin of subjunctive subordinate clauses, based on the language of Plautus. He collected Plautine tokens he believed to be comparable to those originally used in a supposed paratactic stage of Latin, from which subordination would have developed. His poorly detailed methodology was then further explained and specified, with linguistic theories not available at his time, namely the concept of enunciation, speech acts and pragmatics in general. The conclusion was that some conditions of ‘harmony’ between two paratactic verbs must be fulfilled so that Durham’s procedure can be adopted, to

explain how two paratactic verbs can be reanalysed as hypotactic. The paper follows with some criticism over the assumption of a paratactic stage of Latin, which is fundamental to his theory. At last, a very brief exposition is made about another possible approach to his collected data, a synchronic, quantitative and distributional approach.

Keywords: Latin language; Plautus; syntax; pragmatics; historical linguistics.

1. Introdução

Os estudos sobre língua latina, em perspectiva moderna, vêm sendo feitos pelo menos desde o século XIX, ensejando larga fortuna bibliográfica. Dentre os vários aspectos que podem ser estudados, há o ponto de vista histórico, já que, como qualquer língua natural, o latim variou ao longo dos muitos séculos em que foi falado, de modo que sua atestação pode ser organizada em períodos, em que características comuns entre os textos são encontradas.¹ Enquanto o latim clássico, amplamente estudado e representado pelos textos de Cícero e César (séc. I a.C.), é uma língua muito padronizada,² o latim dos séculos anteriores apresentava uma variedade muito maior de recursos morfológicos e sintáticos, o que o torna um período particularmente interessante de ser estudado.

Um dos recursos sintáticos que variavam no latim arcaico era a presença ou ausência de uma conjunção introduzindo orações substantivas.³ Vejamos alguns exemplos:

(1) *dico, ne dictum neges: / tuam mihi maiorem / filiam despondeas.*
(Plaut. *Poen.* 1155 ss.).⁴

“Eu digo, para que você não negue ter sido dito, que você me prometa sua filha mais velha.”

¹ Uma possível periodização para a história do latim pode ser encontrada em Weiss (2009, p. 23).

² Sobre o processo de padronização do latim, veja, por exemplo, Clackson e Horrocks (2007, p. 90 ss.).

³ Trata-se de orações finitas, com verbo no subjuntivo, que ocupam o lugar sintático típico do substantivo. Também são chamadas de orações completivas. Veja, por exemplo, Allen e Greenough (1903, §560), Hofmann e Szantyr (1965, p. 644-647) e Cart *et al.* (2007, p. 130-135).

⁴ Eu sigo as abreviações sugeridas no índice do *Thesaurus Linguae Latinae*.

(2) *dico... ut perpetuo pereas.* (Plaut. *Persa* 281)
“Eu digo... que você morra por completo.”

Em ambos os casos, temos o verbo principal *dico* (presente do indicativo) e uma oração, com um verbo no subjuntivo como núcleo (*despondeas* e *pereas*), que funciona como argumento verbal de *dico*, é seu objeto direto, aquilo que está sendo dito. A diferença entre ambos os exemplos é que a oração de subjuntivo em (1) *tuam mihi maiorem filiam despondeas* não tem conjunção introdutória, ou seja, está justaposta ao verbo principal, e a oração de subjuntivo em (2) *ut perpetuo pereas* apresenta o subordinador *ut* mediando sua relação com o verbo principal. Podemos comparar com o latim clássico, no qual, com exceção de alguns casos fossilizados de justaposição, a regra geral seria a presença da conjunção.⁵

Nas próximas seções, analisaremos um estudo feito sobre esse assunto no começo do século XX, buscando, em seguida, compreender seus expedientes à luz de teorias linguísticas mais recentes. Por fim, veremos certo criticismo que pode ser feito sobre essa abordagem e também sob que outra perspectiva os mesmos dados trazidos pelo estudo podem ser analisados.

2. O estudo de Durham/Bennett

Estudos comentando as orações completivas no latim arcaico são inúmeros, mas os únicos, até onde pude verificar, que utilizam a totalidade dos dados disponíveis nos textos preservados são os de Durham (1901) e Bennett (1910-1914, v. 1, p. 208 ss.). O primeiro apresenta todos os dados de Plauto e o segundo, utilizando o estudo de Durham, adiciona dados de Terêncio e de outros autores arcaicos. Embora as categorias de análise, por vezes, difiram, as metodologias e pressupostos teóricos de ambos os autores são os mesmos, o que pode ser verificado na leitura

⁵ Veja, por exemplo, Hofmann e Szantyr (1965, p. 530): “Die vollendete klassische Diktion bevorzugt die vollständige Durchführung der Hypotaxe mittels der Konjunktionen.”. Em tradução: “A dicção clássica perfeita prefere a realização completa da hipotaxe, mediante conjunções.”.

dos estudos, além do fato de que Bennett foi o orientador da pesquisa efetuada por Durham. Embora este artigo foque no livro de Durham, muitas das discussões também são válidas para o trecho em que Bennett analisa as orações substantivas em seu livro.

Para melhor compreendermos a *raison d'être* desses estudos, precisamos retomar um pouco o contexto em que eles foram feitos. Desde que Sir William Jones em 1786 declarou, pela primeira vez, a possibilidade de que o sânscrito, o grego, o latim e outras línguas poderiam ter surgido de um ancestral comum, formulando de modo claro o princípio central do método comparativo, os estudos de língua se voltaram à comparação entre as mais antigas línguas indo-europeias, a fim de tentar reconstruir esse ancestral comum que deu origem a todas elas.⁶ O século XIX, assim, viu o desenvolvimento e estabelecimento do método histórico-comparativo e da reconstrução do protoindo-europeu (PIE), a tal ponto que em sua última década foi editada a obra monumental de Brugmann e Delbrück, *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*, em cinco volumes e milhares de páginas, resultado consolidado de um frutífero século de pesquisas, cujas conclusões, em muitos casos, ainda hoje são válidas. Os dois primeiros volumes, escritos por Brugmann (1886-1892), além de introduzir o tema, tratam de fonologia e morfologia. Os três últimos volumes, escritos por Delbrück (1893-1900) tratam de sintaxe. Em suma, a obra era à época a epítome de uma visão, embasada na metódica comparação linguística dos variados ramos da família indo-europeia de línguas, de como teria sido a língua ancestral a partir da qual esses mesmos ramos se desenvolveram.⁷

É nesse contexto de busca de um passado não atestado, a partir do estudo, em textos sobreviventes, de relíquias linguísticas que abram espaço à reconstrução de estados pretéritos de uma língua que o estudo de Durham se insere. Após recolher todas as ocorrências de orações substantivas que julgou haver em Plauto, ele buscou classificá-las entre as que mais se aproximam de usos originais e primevos da construção (volto a isso em

⁶ Uma introdução à linguística indo-europeia pode ser encontrada em Fortson (2010).

⁷ Um possível resumo dos desenvolvimentos do século XIX, centrado na figura de Brugmann pode ser encontrado em Morpurgo Davies (1986).

seguida) e os que provavelmente se desenvolveram posteriormente. Para tanto, recorreu tanto a elementos da comparação entre línguas quanto ao que poderíamos entender como reconstrução interna ao latim.

O primeiro elemento de classificação diz respeito ao valor que o subjuntivo da oração subordinada expressa no latim de Plauto, tendo como critério qual teria sido seu uso original.⁸ A lógica parte da seguinte teorização, que constituía a *communis opinio* de sua época. Num período pré-histórico de cada uma das línguas não havia subordinação e, conforme o ser humano foi desenvolvendo seu raciocínio, as línguas foram se tornando complexas até que sentenças usadas independentemente, de modo paratático, lado a lado, passaram a serem reanalisadas como uma subordinada à outra. Essa visão tem um fundo evolucionista, pautado na visão de que toda sociedade de primitiva se torna avançada, tudo hoje em dia avidamente contestado pelas mais variadas ciências, incluindo a linguística.⁹ Assim, uma oração de subjuntivo, utilizada outrora independentemente (similarmente ao que ocorre no período histórico do latim), em algum momento passou a ser reanalisada como uma oração subordinada a um verbo a ela justaposto.

O passo seguinte da investigação era saber quais eram os usos que o subjuntivo latino independente teria tido no período pré-histórico, para que se possam classificar os exemplares de Plauto segundo esse uso original. Durham se fia no trabalho de Delbrück, sobre o qual já comentamos.

⁸ Bennett (1910-1914, v. I, p. 209): “Our object will be to determine as far as possible the original paratactic usage out of which the several varieties of subjunctive constructions have arisen, and to give the material belonging under each.”. Em tradução: “Nosso objetivo será determinar o quanto possível o uso paratático original a partir do qual as muitas variedades de construções de subjuntivo surgiram e oferecer o material pertencente a cada uma.”.

⁹ Bennett (1910-1914, v. I, p. 208): “In course of time every language develops certain types of independent sentences into subordinate clauses.”. Em tradução: “No curso do tempo, toda língua desenvolve certos tipos de orações independentes em orações subordinadas.”. Veja também e.g. Antoine (1899). Por fim, Lindskog (1896, p. 1), na primeira sentença de seu estudo, assim resume o ponto: “E paratactico genere dicendi esse subinde ortum hypotacticum hodie uix quisquam est qui neget.”. Em tradução: “Dificilmente há alguém hoje que negue que o modo de falar hipotático se originou do modo paratático.”.

Formalmente, o subjuntivo latino predominantemente continua o optativo PIE, enquanto o futuro latino continua o subjuntivo PIE (WEISS, 2009, p. 414 ss.). Todavia, o subjuntivo latino congregou valores tanto do subjuntivo quanto do optativo PIE. Originalmente o subjuntivo PIE teria dois valores, “volitivo” e “de futuro” (“volitive Konjunktiv” e “futurische Konjunktiv”), assim como o optativo PIE teria os valores “de desejo” e “potencial” (“wünschende Optativ” e “potentiale Optativ”).¹⁰ São justamente essas as categorias que Durham utiliza como base para classificar todas as orações substantivas de subjuntivo em Plauto e partir das quais seus capítulos serão organizados.¹¹ Vejamos:

Chapter I. Substantive clauses developed from the jussive;

Chapter II. Substantive clauses developed from the subjunctive of determined resolution;

Chapter III. Substantive clauses developed from the deliberative subjunctive;

Chapter IV. Substantive clauses developed from the optative subjunctive;

Chapter V. Substantive clauses developed from the subjunctive of contingent futurity.¹²

¹⁰ Veja Delbrück (1893-1900, v. 2, p. 384 ss.), comentando esses usos originais atestados no latim. Ele ainda considera haver o optativo *präskriptiv* (v. 2, p. 369). Gostaria de enfatizar que essa visão, no geral, ainda é a sustentada hoje em dia. Veja, por exemplo, Weiss (2009, p. 383), sobre os modos do PIE: “B. The **subjunctive** mood had voluntative and prospective function. [...] D. The **optative** was the mood of wish and potential.”. Em tradução: “B. O modo subjuntivo tinha função volitiva e prospectiva. [...] D. O optativo era o modo do desejo e potencial.”. Desses quatro usos, o subjuntivo de futuro deu origem ao futuro latino, que herdou a forma do subjuntivo PIE, enquanto o subjuntivo latino congregou os outros três usos, herdando as formas do optativo PIE.

¹¹ Durham (1901, p. 3): “I shall endeavor to show that the subordinate subjunctives in the substantive clauses in the extant plays and fragments of Plautus can be referred for their origin and development to these original modal forces”. Em tradução: “Eu buscarei mostrar que os subjuntivos subordinados das orações substantivas nas peças remanescentes e fragmentos de Plauto podem ser relacionados por sua origem e desenvolvimento a essas forças modais originais.”.

¹² Em tradução: “Capítulo I. Orações substantivas desenvolvidas do jussivo [segunda e terceira pessoas]. Capítulo II. Orações substantivas desenvolvidas do subjuntivo de resolução determinada [primeira pessoa]. Capítulo III. Orações substantivas

Os três primeiros capítulos são desmembramentos do subjuntivo volitivo, os dois últimos, são os dois valores do optativo. Internamente, os capítulos são subdivididos segundo categorias semânticas dos verbos e expressões principais, quando relevante.¹³ Dentro de cada categoria, os exemplares de Plauto são organizados em subcategorias, segundo a quantidade de elementos originais.

Primeiramente, classifica-se segundo a (i)mediação entre oração subordinada e sentença principal: ausência de conector, *i.e.*, justaposição (“subjunctive alone”); subjuntivo com *ut*; subjuntivo com *ne*; subjuntivo com *ut ne*. A teorização por trás, ainda hoje aceita, é de que a subordinada sem *ut* seria remanescente de um período mais antigo. A própria conjunção *ut* era originalmente um advérbio que depois se gramaticalizou e há controvérsias sobre se sua criação é protolatina ou protoitálica.¹⁴ De qualquer modo, sua adoção como conjunção se dá num processo progressivo, até que, em latim clássico, seu uso é a regra, como já mencionamos.

Em segundo lugar, há a subdivisão entre usos originais e usos derivados. Esse será o tema discutido na próxima seção deste artigo.

Por fim, subdivide-se entre casos em que o subjuntivo precede e casos em que o subjuntivo segue. A teorização aceita à época é a de que, provavelmente, no desenvolvimento da suposta parataxe original à subordinação, o subjuntivo originalmente antecederia e só num estágio posterior seria utilizado após o verbo principal (DURHAM, 1901, p. 10).

desenvolvidas do subjuntivo deliberativo. Capítulo IV. Orações substantivas desenvolvidas do subjuntivo optativo [desejo]. Capítulo V. Orações substantivas desenvolvidas do subjuntivo de futuridade contingente [potencial].”

¹³ A visualização do sumário deixa clara a descrição aqui ensinada. Estas categorias estão transcritas na Tabela 1, mais à frente.

¹⁴ Um resumo da discussão pode ser encontrado em de Vaan (2008) *s.v.* “*ut*”. Diferentes hipóteses são defendidas por Buck (1904, p. 149), Schmidt (1893, p. 409-410), Pokorny (1959, p. 647-648) e Ernout e Meillet (2001, p. 756-757).

3. A origem e desenvolvimento das orações substantivas de subjuntivo segundo Durham

Como vimos, um dos critérios para se buscar os períodos que poderiam representar construções originais, *i.e.* tal como teriam sido feitas ainda no estágio paratático da língua, está representado nas categorias “usos originais” e “usos derivados”. A explicação se dá às páginas 10-12 (veja tradução em apêndice) e sua base é a seguinte:

eu tratei primeiro daquelas orações que representam usos originais, *i.e.*, orações em que o subjuntivo pode ser concebido como tendo sido em algum momento um jussivo independente em uso paratático, *e.g.*, *te iubeo, abeas* [te ordeno; que você parta!]. Em segundo lugar, eu coloco aqueles subjuntivos que representam usos derivados, *i.e.*, subjuntivos aos quais a suposição de um jussivo independente original é impossível, *e.g.*, *jubet abeamus*. Aqui *abeamus* não pode originalmente ter estado em uma combinação paratática, já que *abeatis* (ou *abite*) teria representado a ordem original dada pelo sujeito de *jubet*; *abeamus*, portanto, nesta sentença claramente representa um uso derivado modelado naquelas expressões em que o subjuntivo era originalmente um verdadeiro jussivo. (DURHAM, 1901, p. 10).¹⁵

Como vimos, o autor parte da hipótese de que, antes de existirem orações substantivas de subjuntivo, os dois verbos (principal e subordinado) eram independentes e utilizados um ao lado do outro. Assim, para identificar, no período histórico, uma combinação de verbos que se aproximem de um hipotético uso paratático, o autor busca

¹⁵ Original: “I have treated first those clauses which represent original uses, *i.e.*, clauses in which the subjunctive may be conceived as having been at one time an independent jussive in paratactic use, *e.g.*, *te iubeo, abeas*. Secondly, I put those subjunctives which represent derived uses, *i.e.*, subjunctives where the assumption of an original independent jussive is impossible, *e.g.*, *jubet abeamus*. Here *abeamus* cannot originally have stood in any paratactic combination, since an *abeatis* (or *abite*) would represent the original order issued by the subject of *jubet*; *abeamus*, therefore, in this sentence clearly represents a derived use modelled on those expressions in which the subjunctive was originally truly jussive.”

combinações que de fato poderiam ter sido utilizadas independentemente, considerando ambos os verbos juntos. O problema é que esse expediente mal é descrito nos estudos de Durham e Bennett. No trecho supracitado, vemos apenas a descrição de que, numa sentença como *iubet abeamus*, o subjuntivo não poderia ser a ordem original dada pelo sujeito de *iubet*, mas esta teria sido *abeatis* (ou *abite*). Em outros momentos, ele se esquivava de detalhar dizendo que “claramente” ou “obviamente” (1901, p. 11) tal ou tal sentença não poderia ser original. Para entendermos melhor seu expediente, podemos lançar mão de teorias que, à sua época, não haviam sido desenvolvidas, embora o ponto de vista dessas teorias seja superficialmente referido aqui e ali.

O gancho está no próprio texto citado acima em que ele fala sobre o sujeito da oração principal dar uma ordem expressa na oração subordinada.¹⁶ Tomemos o primeiro exemplo, *te iubeo, abeas*. Se independente e utilizado sem a combinação com *iubeo*, o enunciado *abeas* é produzido numa enunciação que imediatamente instaura um locutor *ego* e está ancorado no aqui-agora desse locutor. No momento em que esse *ego* se declara locutor, ele implanta o *outro* diante de si, um *tu*, a quem a ordem dada com o subjuntivo é dirigida.¹⁷ Em outras palavras, a ordem *faça!* pode ser assim descrita: [Eu_x, neste aqui-agora, ordeno a ti_y, que] *faça!*”, em que os índices *x* e *y* indicam entidades diferentes. Do mesmo modo, se independente e sem o subjuntivo combinado, *te iubeo* tem as mesmas características descritas acima, mas em vez de ordem temos uma declaração de uma ordem.¹⁸

¹⁶ A reflexão que se segue está baseada na descrição de enunciação de Benveniste (2014) e a noção de sentença, como unidade comunicativa, aplicada ao latim por Pinkster (2015).

¹⁷ Entender que esse subjuntivo está dando uma ordem é o mesmo que identificar o ato de fala (*speech act*) performado na enunciação. Ato de fala pode ser assim definido: “the verbal action which a speaker performs by means of an utterance” (RISSELADA, 1993, p. 23). Em tradução: “a ação verbal que o falante performa por meio de uma fala”.

¹⁸ Vou descrever como declaração, para facilitar a exposição, mas, numa descrição mais precisa, *te iubeo* constituiria uma sentença imperativa, por ser um verbo “performativo”, ou seja, sua própria enunciação executa o que diz; outro exemplo é “prometo”, que, ao ser dito, é a própria execução da ação de prometer. Outro ponto que gostaria de ressaltar

Supor uma estrutura paratática de *te iubeo*, *abeas*, em que ambos os verbos têm usos independentes (“eu te dou uma ordem; que você parta!”), significa considerar que temos duas unidades comunicativas, a declaração *te iubeo* e a ordem *abeas*. Se explicitarmos os atos que essas unidades comunicativas indicam, teremos: “[eu_x digo que] eu_x te_y dou uma ordem; [eu_x ordeno] que você_y parta!”. A combinação em parataxe só faz sentido, porque o *ego* instaurado pela enunciação *te iubeo* coincide com o *ego* de *abeas*, assim como ambos os *tu*. Ou seja, ambos os seguimentos, quando tratados como unidades comunicativas independentes e paratáticas, ancoram-se na mesma enunciação, compartilhando os mesmos participantes e o mesmo aqui-agora.

Por outro lado, se consideramos, por exemplo, *iubet abeatis* em parataxe, a situação muda. A unidade comunicativa *iubet* é uma declaração e instaura um *ego*, ancorado no aqui-agora do locutor: “[eu_x digo que] ele_y dá uma ordem”. Por sua vez, se consideramos *abeatis* como uma unidade comunicativa independente, temos uma ordem ancorada no mesmo aqui-agora da unidade comunicativa de *iubet*: “[eu_x ordeno] que você_z partam!”. Assim, o mesmo locutor da afirmação *iubet* seria também o autor da ordem *abeatis* e *abeatis* não seria a ordem dada por ele_y.

O problema é que se consideramos *iubet abeatis* como hipotaxe e, portanto, como uma única unidade comunicativa (uma declaração com valor secundário imperativo), a compreensão é diversa: “[eu_x digo que] ele_y ordena que você_z partam”. Ou seja, o locutor da ordem originalmente é ele_y e não eu_x. Este somente está reportando a ordem do outro. Quando esse outro deu a ordem, originalmente ela seria *abeant* (“[eu_y ordeno] que eles_z partam!”). A conclusão é que quando se reporta a ordem de

é uma questão nunca explicada também pelos pesquisadores que aderem à hipótese do período paratático da língua: como que *te iubeo* poderia ser utilizado independentemente sem um objeto enunciando qual o teor da ordem. Imagino que devamos supor que essa ordem devesse ser inferida a partir da situação, sob a condição de que esse objeto não expresso se refira a algo bem estabelecido na situação comunicativa (PINKSTER, 2015, §9.16). Ou seja, embora não haja subordinação, *i.e.* dependência sintática, seria necessário pressupor dependência semântica ou pragmática entre as sentenças, quando elas são combinadas, já que um dos argumentos de *iubeo* é preenchido pela ideia expressa em uma sentença independente.

outrem, sendo necessário alterar/adaptar o verbo que originalmente teria sido enunciado, teríamos uma *extensão*, nos termos de Durham.

Para entendermos melhor esses elementos e continuarmos com o expediente de Durham e Bennett, precisamos agora entender melhor no que consiste uma ordem e correlatos. A língua em uso, na interação entre falantes, tem sido, nas últimas décadas, objeto de diversas teorias pragmáticas, funcionalistas e de análise do discurso. Em latim, a teoria de atos de fala e abordagens funcionalistas, de cujos procedimentos faremos uso, têm tido profícuos resultados. Do ponto de vista dessas teorias, uma “ordem” na realidade faz parte de um conjunto maior de ações possíveis.

Em sua recente sintaxe do latim, Pinkster (2015, p. 15-16) define sentença como uma unidade completa de comunicação, de que o latim tem quatro tipos: declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa.¹⁹ A sentença imperativa, por sua vez, é um pedido para se agir ou se comportar de certa forma (p. 315). Ele identifica três forças que uma sentença imperativa pode ter: diretiva, optativa (desejo), concessiva. Para a argumentação que segue, focalizarei na força diretiva, embora as outras sigam a mesma lógica.

A área que se dedicou a estudar esse tipo de unidade de análise, que se dá na língua em uso numa interação, é a pragmática, e, mais especificamente, a teoria dos atos de fala, que foi aplicada ao latim de forma sistemática por Risselada e que, nos últimos anos, tem rendido interessantes estudos.²⁰ Um diretivo, segundo Risselada (1993, p. 235) tem que apresentar o pedido de ação indicando que o interlocutor controla a situação a ser executada no futuro.²¹ Dentro das infinitas possibilidades

¹⁹ Na nomenclatura gramatical em língua portuguesa, o termo tradicional é “frase” e “tipos de frase” (e.g. LIMA, 2014, p. 286). Para facilitar a inter-relação dos conteúdos aqui discutidos com o estudo de Pinkster e evitar confusão com os usos de *phrase*, utilizarei o termo “sentença”, que, em português, não cria problemáticas terminológicas.

²⁰ Por exemplo, Dickey (2012).

²¹ De modo mais técnico, são três os critérios que ela considera: “a controlled state of affairs, an agent expression that somehow refers to the addressee, and a non-past tense.”. Em tradução: “um estado de coisas controlado, uma expressão de agente que de algum modo se refira ao interlocutor, um tempo não passado.”. Uma evidência de que essas ideias estão de modo não sistematizado no método de Durham pode ser

de gradação que uma “ordem” pode ter, ela classifica os diretivos latinos nos seguintes atos, do mais ao menos vinculante, isto é, numa escala da obrigação do interlocutor em cumprir o enunciado: “order” (ordem), “advice” (conselho), “supplication” (súplica), “proposal” (proposta), “request” (pedido), “invitation” (convite), “suggestion” (sugestão), “permission” (permissão) (RISSELADA, 1993, p. 48). Ao utilizar algum desses subtipos de sentença, o locutor sempre se expressa requisitando uma ação do interlocutor, indicando na construção que o interlocutor controla a situação requisitada (independentemente de na vida real, extralinguística, ele controlar ou não).

É como se expressa um diretivo linguisticamente? O modo mais simples e direto é com um simples imperativo ou um simples subjuntivo independente.²² Todavia, períodos compostos também podem ser usados para tal e, em muitos casos, teremos que o verbo principal explicita algum aspecto do ato de fala performado na oração subordinada com verbo no subjuntivo.²³ Em *te iubeo abeas*, o verbo principal *iubeo* explicita o ato de fala que o subjuntivo *abeas* independente (usado com valor jussivo)

encontrada à página 14: “The imperfect *timerent* manifestly cannot be the original form of the command as issued, since **all orders must look to the future**, either immediate or remote.” (grifo nosso). Em tradução: “O imperfeito *timerent* claramente não pode ser a forma original da ordem dada, já que todas as ordens devem visar o futuro, quer imediato, quer remoto.”.

²² Para diferenças nos usos, veja Pinkster (2015, p. 351).

²³ Para os objetivos deste artigo, é suficiente uma descrição genérica como “algum aspecto do ato de fala”. A relação entre verbo principal e subordinado pode ser de várias naturezas e entrar nesses detalhes não ajudará no argumento principal. Por exemplo, o verbo principal pode ser um metadiretivo, *i.e.* “directive expressions that refer to the realization or non-realization of an action expressed in a subordinate construction. [...] the addressee’s responsibility and need to participate actively is made explicit” (PINKSTER, 2015, p. 351). Em tradução: “expressões diretivas que se referem à realização ou não realização de uma ação expressa numa construção subordinada. [...] a responsabilidade do interlocutor e a necessidade de ele participar ativamente são tornadas explícitas.”. Exemplo de metadiretivo é *Fac is homo ut redimatur*. (Plaut. *Capt.* 337) “Garanta que esse homem seja solto.”, em que *fac* tem a função de enfatizar o envolvimento que o locutor deseja do *tu*. Além disso, o verbo principal pode não se referir ao ato de fala *per se* da oração subordinada, mas a outro aspecto seu, como o modo de *performance* ou a intensidade com que um ato de fala é apresentado. Estaria

teria, ou seja, um diretivo e, mais especificamente, um diretivo vinculante. Outros verbos vão explicitar com outra precisão o diretivo já expresso no subjuntivo subordinado, como, por exemplo, podemos ver na lista do parágrafo anterior.

Voltando ao estudo de Durham, vemos que nem todos os verbos principais são classificados por ele como potencialmente originais, mas, na verdade, classificados como de uso derivado. É o caso de *nolo*, que nos servirá de exemplo mais à frente (DURHAM, 1901, p. 25-26).

Tomemos, antes disso, *uolo ames* “eu quero[;] que você ame”, como duas sentenças paratáticas. Um subjuntivo independente pode ter os seguintes usos: potencial, irreal e deôntico (comando [exortativo, jussivo], desejo [optativo], concessão) (PINKSTER, 2015, p. 428, 497). O que garantiria ao falante a correta interpretação de qual dos usos está sendo feito é a situação comunicativa e interacional que deixaria claro o tipo de sentença utilizado e, assim, o valor do subjuntivo.²⁴ Supondo que o locutor deseja que o interlocutor “aja” sobre o estado de coisas e “passe a amar”,²⁵ *ames*, considerado independentemente, estaria numa sentença imperativa e o subjuntivo teria valor deôntico. Ao ser utilizado parataticamente ao lado de *uolo*, o locutor estaria, assim, explicitando qual o valor do subjuntivo e que tipo de sentença deve ser atribuído a

aí a diferença entre *ordenar* e *sugerir*, por exemplo: ambos constituirão diretivos, mas com intensidades diversas. Veja a discussão em Searle (1976).

²⁴ “When the subjunctive is used in imperative sentences, it is interpreted as deontic; when used in declarative and interrogative sentences, it is interpreted as potential or counterfactual. Thus, the deontic use on the one hand and the (potential and counterfactual) epistemic uses on the other correlate with the sentence type in which the form occurs. This correlation probably explains how the active or passive language user, without being a grammarian, is able to cope with forms that in isolation would be poly-interpretable.” (PINKSTER, 2015, p. 481). Em tradução: “Quando o subjuntivo é usado em sentenças imperativas, ele é interpretado como deôntico; quando usado em sentenças declarativas e interrogativas, é interpretado como potencial ou contrafactual [irreal]. Assim, o uso deôntico, por um lado, e os usos epistêmicos (potencial e contrafactual), por outro, se correlacionam com o tipo de sentença em que ocorrem. Essa correlação provavelmente explica como o usuário ativo e passivo da língua, sem ser um gramático, é capaz de lidar com formas que, isoladas, seriam poli-interpretáveis.”

²⁵ Oposto a ele declarar que o interlocutor “poderia amar” (potencial).

ames e, portanto, também estaria explicitando algum aspecto do ato de fala performado por *ames* (trata-se de um diretivo, no qual a vontade do locutor em vê-lo realizado é enfatizada). Essa “harmonia” entre valor semântico do verbo principal e subordinado (tanto *uolo* quanto o subjuntivo são deônticos) e a “harmonia” entre a semântica lexical de *uolo* e de algum aspecto do ato de fala de *ames* teriam favorecido a reanálise de *ames* como argumento de *uolo*, ou seja, de a parataxe passar a ser interpretada como hipotaxe.²⁶

Todavia, quando tomamos *nolo ames*, não somos capazes de retroagir a uma leitura paratática. Sozinho, o subjuntivo *ames* pode ser um “comando” mas nunca será uma proibição. Se explicitarmos os atos de fala, teríamos algo como: “[eu digo que] eu não quero; [eu ordeno que] você ame!”. Dizer não querer que algo aconteça e ordenar que esse mesmo algo aconteça é o oposto do que a subordinação *nolo ames* diz, já que esta é uma proibição (o interlocutor não deve agir ou deve cessar uma ação) na qual se enfatiza a vontade (negativa) do locutor. A explicação para a existência de *nolo ames* que Durham dá é que essa construção é claramente uma analogia com a construção do tipo *uolo ames*, após toda percepção de uma parataxe original ter desaparecido e *ames* ser percebido como subordinado a *uolo*, dependendo deste como seu objeto (DURHAM, 1901, p. 25).

²⁶ A ideia de “harmonia” de valores do subjuntivo aparece em Pinkster (2015, p. 619), ao explicar o subjuntivo como modo da subordinação: “[it] is also ‘harmonious’ in the sense that it is used in a subordinate clause governed by a verb with a lexical meaning that resembles the semantic value of the subjunctive in simple sentences. [...] Many Latinists explain the use of the subjunctive in such argument clauses diachronically, by assuming that paratactic structures in which the subjunctive had its regular semantic value preceded the subordinate ones in which it became a purely grammatical device”. Em tradução: “Também é ‘harmônico’ no sentido de que é usado em uma oração subordinada regida por um verbo com um significado lexical que se assemelha ao valor semântico do subjuntivo em orações simples [uso independente]. Muitos latinistas explicam o uso do subjuntivo nessas orações argumentais diacronicamente, assumindo que estruturas paratáticas nas quais o subjuntivo tinha seu valor semântico regular precederam as [estruturas] subordinadas na qual ele se tornou puramente um mecanismo gramatical”. A ideia de “harmonia” aplicada a atos de fala, por sua vez, aparece apenas quando ele explica interrogativas indiretas (p. 631).

Nesse ponto, ainda, a falta de precisão de seu aparato descritivo parece gerar algumas inconsistências. À página 12 (e depois, por exemplo, 37), ele julga inconcebível um uso paratático de *tibi persuadeo ut abeas* “eu te persuado a que partas”, pois acha incongruente a ordem *ut abeas!* “que você parta!” em relação ao sentido diverso de uma “ordem” que o verbo *persuadeo* expressa. Todavia, como diversos estudos pragmáticos do latim, como Risselada (1993), têm mostrado, subjuntivos podem ser usados em diversos tipos de diretivos (veja discussão acima sobre esses tipos), de modo que considerar *tibi persuadeo ut abeas* ser um tipo de “extensão”, simplesmente pela semântica de *persuadeo*, seja menos provável.

4 Algumas críticas e questões

De nenhum modo pretendo aqui propor ou construir uma teoria alternativa à origem das orações subordinadas substantivas em latim, mas tão somente aprofundar alguns dos caminhos adotados por Durham e Bennett, visando a compreender limitações e fatos não explicados em seus estudos.

Primeiramente, o ponto que foi focal da seção anterior. Ao expor sua teoria, não descreviam com detalhe os processos, assumindo eles serem evidentes. O uso de teorias recentes de descrição linguística pode oferecer o instrumental necessário para aprofundar a descrição dos processos históricos por eles estudados, como tentei mostrar.

Um segundo ponto é que se propõe o surgimento desse tipo de oração subordinada a partir de um estágio paratático da língua. Até onde podemos compreender do que escreveram e de qual era o pensamento linguístico da época, havia o entendimento de que todas as línguas se desenvolvem da parataxe (mais simples) para a hipotaxe (mais complexo) (e.g. BENNETT, 1910-1914, v. 1, p. 208). O problema é que não se situa esse momento com clareza. O latim, como sabido, é uma língua indo-europeia. Esquemáticamente podemos imaginar o desenvolvimento protoindo-europeu > protoitálico > protolatim > latim. Se o momento dessa parataxe original do latim ocorreu entre o PIE e o latim, algo plausível já que a comparação entre os ramos de línguas indo-europeias não indica haver um ancestral comum para orações substantivas, temos

de nos perguntar se o PIE era totalmente paratático. O mais sensato, me parece, é imaginar a possibilidade de haver estruturas em PIE para construir períodos compostos, mas de que não sobreviveram evidências nas línguas-filhas que permitam a reconstrução de tais estruturas.²⁷

²⁷ Exemplo muito repetido é o da conjunção *ut*. Ela não sobreviveu em nenhuma língua românica. Se não tivéssemos nenhum testemunho do latim e tivéssemos de o reconstruir a partir das línguas românicas, seríamos incapazes de ter uma visão real de como funcionava a subordinação em latim. O mesmo pode ter ocorrido com o PIE. Sobre este, vejamos também a avaliação de Baldi (2002, p. 91): “It is an open question whether PIE structurally marked the subordination of sentences to each other [...] or whether the language simply juxtaposed independent clauses to each other with loose, pragmatically controlled semantic relationships [...]. The issues surrounding complementation in PIE are complex, especially considering the many different complement types found in the IE languages and the wide range of grammatical devices available for their expression. [...] Some analysts have taken this lack of homogeneity to mean that PIE had no means of expressing complementation, and that the original strategy was the coordination of independent sentences. The development of grammatical devices for expressing complementation is then an independent matter in the various languages (though there is an obvious relationship between relative and subordinate clauses in several of the descendant groups). Those analysts who argue in favor of subordinating structures in PIE point primarily to the fact that among the world’s languages, none has ever been found in which complementation is not expressible, i.e. in which it is impossible to say something like ‘Mary thinks that John will be late’. For PIE it would have been no different.”. Em tradução: “É uma questão aberta se o PIE marcava estruturalmente a subordinação de sentenças entre si [...] ou se a língua simplesmente justapunha sentenças independentes entre si com relações semânticas soltas e pragmaticamente controladas [...]. Os problemas ao redor da complementação em PIE são complexos, especialmente considerando os muitos tipos diferentes de complemento encontrados nas línguas indo-europeias e a vasta gama de mecanismos gramaticais disponíveis para sua expressão. [...] Alguns analistas têm tomado essa falta de homogeneidade para dizer que o PIE não tinha nenhum modo de expressar a complementação e que a estratégia original era a coordenação de sentenças independentes. O desenvolvimento de mecanismos gramaticais para expressar a complementação é, então, uma questão independente nas várias línguas (embora haja uma relação óbvia entre orações relativas e subordinadas em vários dos grupos descendentes). Aqueles analistas que argumentam em favor de estruturas subordinantes em PIE apontam primeiramente o fato de que entre as línguas do mundo nenhuma jamais foi encontrada na qual não se possa expressar a complementação, *i.e.* na qual seja impossível dizer algo como ‘Maria pensa que João se atrasará’. Para o PIE isso não teria sido diferente.”.

Se este de fato for o caso, existe a necessidade de se argumentar um pouco melhor o contexto sintático, semântico e pragmático em que teria ocorrido a reanálise de *uolo; ames* para *uolo ames*, já que a hipótese de Durham/Bennett de que a língua estava num completo “estágio paratático” seria insustentável.

Outro argumento contra a ideia do “estágio paratático” é que, conforme vimos, Durham entende que as orações subordinadas substantivas de subjuntivo originais paratáticas expressavam a ordem tal qual enunciada, ou seja, todo discurso indireto, reportando comandos de terceiros, ou do passado, seria analógico. A pergunta que nos surge é: se isso for verdade, era impossível em períodos anteriores ao latim histórico reportar discursos? O discurso indireto ser datado como algo tão recente (pós PIE, poucos milhares de anos atrás) e se desenvolvendo de modo tão rápido parece também implausível, já que a cognição humana e as capacidades comunicativas demoram muito mais tempo para se transformar tão profundamente. Se o discurso indireto fosse possível, isso indicaria que o PIE teria outras estruturas ou mecanismos pragmáticos para o executar, mas essa questão parece não estar nos horizontes de Durham.

Por fim, o latim de Plauto (séc. III-II a.C.) é muito posterior a esse momento de reanálise que teria gerado as orações substantivas latinas. Alguns dos fenômenos, por numerosos, são verificáveis como relíquias sobreviventes de algum momento pretérito, como a ausência do subordinador *ut* (tipo *fac uenias*), que passa por um processo de fossilização até o latim clássico. Por outro lado, não é tão robusta a evidência de que outras características indicadas por eles são originais ou sejam de fato relíquias no tempo de Plauto. Exemplo disso é a ordem relativa. Como vimos, Durham (1901, p. 10, 25-26) acredita que o subjuntivo preceder o verbo principal é provavelmente a ordem original da construção, mas a análise agregada de alguns dados de Plauto em análise quantitativa não indica qualquer evidência de esse ser o caso, embora não exclua essa possibilidade.²⁸

²⁸ Sobre os pontos desse parágrafo, aplicados ao verbo *facio*, veja Mazzanti Jr. (2020).

5. Outros usos para esses dados: uma visão sincrônica

Como discutimos no início deste artigo, o estudo de Durham se foca nos aspectos históricos da oração subordinada substantiva de subjuntivo em latim, uma abordagem condizente com os interesses dos estudos linguísticos de sua época. Todavia, seus dados podem ser úteis para obtermos uma visão sincrônica de como funcionava o sistema linguístico utilizado por Plauto, no que se refere a esse tipo de oração, e mesmo essas abordagens sincrônicas e distribucionais são também capazes de indicar o funcionamento da língua em momentos pretéritos.

Para esboçar tal visão, eu cataloguei todos os exemplares mencionados no estudo de Durham numa planilha, utilizando as mesmas categorias semânticas que ele utilizou e segundo o que ele indicou ser a conjunção introdutora da oração subordinada (ou sua ausência). Considerei também os *Adenda et Corrigenda*. Para evitar omissões, foi feita uma revisão completa dos dados introduzidos na planilha.

Devo mencionar que algumas das classificações feitas por ele podem ser objeto de controvérsia. Dou como exemplo Plaut. *Amph.* 1142 *hau promeruit quam ob rem uitio uorteres* “ela não merece algo pelo que você a julgue faltosa”, “ela não merece que, por esse motivo, você a julgue faltosa”, exemplar considerado por Durham (1901, p. 90) como de uma oração substantiva. O *Oxford Latin Dictionary* (s.v.) classifica *quamobrem* como advérbio interrogativo ou relativo (“For what reason? Why?; For which reason, for the sake of which, why”), mas não como conjunção integrante. Também o comentário de Ussing (1875, p. 343) lê *quam ob rem* com valor causal: “*quam ob rem* etc., i. e. cur hanc rem ei vitio verteres, omissis obiectis, quae sponte intelliguntur”.²⁹ Por conta desse tipo de ocorrência, será necessária, para pesquisas futuras, uma revisão de todos os dados por ele coletados, além de também incluir os avanços de pesquisa do último século, em especial no que diz respeito ao texto de Plauto (são várias as edições críticas e comentários que surgiram) e a abordagens sintáticas. Ainda assim, se considerarmos os dados dele, tais quais foram por ele analisados, teremos uma descrição sincrônica, segundo

²⁹ Em tradução: “*quam ob rem* etc., isto é, ‘porque atribuas esse motivo a ela como vício’, com objetos omissos, o quais são espontaneamente entendidos”.

as seguintes distribuições, a partir de um total de 1484 exemplares. Minha intenção não é fazer uma análise pormenorizada, mas apenas mostrar, preliminarmente, esses dados numa apresentação quantitativa, indicando algum ou outro elemento cuja distribuição se destaque das demais.

A Tabela 1 apresenta os dados organizados segundo a divisão em categorias semânticas correspondentes aos capítulos de Durham, conforme podemos visualizar no sumário de seu estudo. Dentre as subdivisões usadas por Durham, apresento a subdivisão por tipo de partícula introdutória.³⁰

TABELA 1 – Dados de Durham (1901), segundo os capítulos de seu estudo

Capítulo ³¹	Subcapítulo	J ³²	<i>ut</i>	<i>ne</i>	<i>ut ne</i>	outros	Totais
1. Jussive	1. With verbs of ordering, commanding, etc.	11	65	22	3	0	101
	2. With the verbs <i>uolo</i> , <i>nolo</i> , <i>malo</i> , in the senses ‘I want you to’, ‘I want you not to’, ‘I prefer you to’.	62	24	2	0	0	88
	3. Verbs of begging, requesting, etc.	12	148	25	4	1	190
	4. With verbs of advising, including (as extensions) verbs of inducing and (as extensions of verbs of inducing) also verbs of compelling.	8	65	10	1	0	84
	5. Constructions with <i>facio</i> (‘see to it’)	80	139	5	2	0	226
	6. With <i>curo</i> and expressions of striving	0	43	3	1	2	49
	7. With <i>uideo</i> , ‘see to it’.	5	7	13	0	0	25
	8. With <i>operam do (addo)</i> , etc.	0	9	4	0	0	13
	9. Constructions with <i>caue</i>	49	3	33	0	0	85
	10. With verbs of Permitting, granting, allowing.	35	20	0	0	0	55
	11. With verbs of deciding, resolving, etc.	1	6	2	0	0	9
	12. ‘Stipulative’ substantive clauses	5	20	2	3	4	34

³⁰ Outras subdivisões dele eram se o subjuntivo vinha antes ou depois e se era de uso original ou derivado, conforme descrevi em seção anterior.

³¹ Veja o nome completo dos capítulos na seção “O estudo de Durham/Bennett” deste artigo.

³² “Justaposição”, isto é, ausência de subordinador.

	13. With <i>potin</i> , etc.	2	19	1	9	0	31
	14. With <i>optimum est</i> , <i>tempus est</i> , <i>decet</i> , <i>aequom est</i> , etc.	7	15	2	0	0	24
	15. <i>opus est</i> , <i>usus est</i> , <i>necesse est</i> , etc.	2	6	0	0	0	8
	16. With <i>prohibeo</i> , <i>absterreo</i> , etc.	1	0	6	1	0	8
	17. With verbs of deserving, etc.	0	10	0	1	0	11
	18. <i>Causa est ut</i>	0	1	0	0	0	1
	19. Expressions of exempting and refraining	0	0	4	0	0	4
	20. Substantive clauses of proviso	0	1	0	0	1	2
	21. With <i>quid est quod</i> ; <i>nihil est quod</i> ; etc.	0	0	0	0	16	16
	22. Substantive clauses of purpose	0	13	3	0	6	22
	23. Clauses introduced by <i>quam</i>	0	0	0	0	17	17
	24. Substantive <i>si</i> -clauses	0	0	0	0	2	2
2. Determined resolution	//	7	6	0	0	1	14
3. Deliberative subjunctive	//	0	0	0	0	79	79
4. Optative subjunctive	1. With verbs of wishing, preferring, choosing, praying, and hoping	31	52	3	2	0	88
	2. <i>Quam</i> -clauses with verbs of wishing, preferring, etc.	0	0	0	0	10	10
	3. With verbs of fearing	0	5	104	0	0	109
	4. Temporal substantive clauses of optative origin introduced by <i>dum</i> and <i>ut</i>	0	2	0	0	11	13
5. Subjunctive of contingent futurity	1. Substantive clauses of result	0	44	0	0	0	44
	2. Substantive clauses introduced by <i>quasi</i> with <i>simulo</i> , <i>adsimulo</i> , <i>dissimulo</i> , <i>consimile est</i>	0	0	0	0	19	19
	3. Substantive <i>quom</i> -clauses	0	0	0	0	3	3
Totais		318	723	244	27	172	1484

A categoria que mais apresenta justaposição é a 1.2³³ “Com verbos *uolo*, *nolo*, *malo*”³⁴ (62/88 = 70%), seguida por 1.10 “Verbos

³³ O primeiro número indica o capítulo, o segundo o subcapítulo, se este existir.

³⁴ Em seus valores jussivos. Note que os valores optativos (desejo) estão no capítulo 4.

de permissão” (35/55 = 64%) e 1.9 “Construções com *caue*” (49/85 = 58%). Já as categorias 1.6, 1.8, 1.17-24, 3, 4.2-4, 5.1-3 não apresentam exemplares com justaposição. Das 33 categorias, 17 apresentam mais de 50% de exemplares introduzidos por *ut*. A maior parte dos exemplares com *ne* pertencem à categoria 4.3 “Verbos de temor” (104/244 = 43%). Evidentemente outros dados podem ser destacados e a cada um caberia uma tentativa de explicação, mas novamente me restrinjo a uma descrição preliminar, sem desenvolver argumentação explicativa, a qual será objeto de estudos futuros.

Se considerarmos a distribuição por tipo de partícula introdutória da oração subordinada, temos os dados da Tabela 2.

TABELA 2 – Distribuição dos dados de Durham (1901), segundo subordinador

Subordinador	Quantidade	%
<i>ut</i>	723	48,72%
Justaposição	318	21,43%
<i>ne</i>	244	16,44%
<i>quin</i>	76	5,12%
<i>ut ne</i>	27	1,82%
<i>quasi</i>	19	1,28%
<i>quam</i>	18	1,21%
<i>quod</i>	17	1,15%
<i>dum</i>	12	0,81%
<i>quam ut</i>	9	0,61%
<i>ni</i>	5	0,34%
<i>qui</i>	5	0,34%
<i>quom</i>	3	0,20%
<i>cur</i>	2	0,13%
<i>si</i>	2	0,13%
<i>quam ne</i>	1	0,07%
<i>quam ob rem</i>	1	0,07%
<i>quo (?)</i>	1	0,07%
<i>quominus</i>	1	0,07%
Total	1484	100,00%

Como já comentei, o estatuto dessas partículas todas como subordinadores é questionável, mas atenho-me aqui ao estudo de Durham. Quase 49% dos exemplares são introduzidos pela conjunção *ut*, indicando que, no estágio intermediário em que o latim arcaico de Plauto se encontra (entre a pré-história da língua e o latim clássico), ela já era muito produtiva, embora a visualização da Tabela 1 deixe claro que essa produtividade se restringe a certas categorias. Notável é que a justaposição, ainda que em menor grau, é também produtiva, sendo usada em 21% (um a cada cinco) dos casos. Sabemos que, em latim clássico, a justaposição se restringe a usos fossilizados e que a presença de subordinador é a regra.³⁵

6. Considerações Finais

Nas primeiras seções deste artigo, procurei contextualizar e descrever, utilizando instrumental analítico recente, o método empregado por Durham (1901) e Bennett (1910-1914) para reconstruírem estágios pretéritos da sintaxe do latim, no que se refere às orações subordinadas substantivas de subjuntivo.

Se fôssemos resumir as conclusões das análises feitas, poderíamos pensar que algumas condições (em parte sobrepostas) precisam ser cumpridas para que duas sentenças independentes, das quais uma delas seja um subjuntivo independente, em parataxe, possam ser reanalisadas, em hipotaxe, como uma subordinada à outra:

- “harmonia” entre a enunciação das sentenças: coincidência entre enunciadores (locutores na 1ª p.) e coincidência do aqui-agora da enunciação dos dois verbos. Nesse sentido, todo discurso indireto seria extensão analógica, ocorrida após a reanálise e estabelecimento da hipotaxe.
- “harmonia” entre o valor deôntico do subjuntivo com o do outro verbo, seja este por seu valor lexical (como *uolo* “quero”), seja pelo valor de sua morfologia (imperativos como *fac* “faz!”).

³⁵ Indico, novamente, e.g. Hofmann e Szantyr (1965, p. 530), já citado em uma nota anterior.

- “harmonia” entre algum aspecto do ato de fala da sentença do verbo no subjuntivo e da semântica lexical do outro verbo, de modo que este descreva em alguma medida aquele.

Além desses fatores, obviamente o verbo que viria a ser principal precisa ter um argumento verbal não preenchido que possa ser satisfeito pela oração de subjuntivo.

Dito de outro modo, há um fator sintático (estrutura argumental do verbo principal), um fator enunciativo (ambos os verbos têm de poder ser analisados como pertencentes a sentenças independentes de um mesmo locutor), um fator semântico (no caso, valor deôntico de ambos os verbos), e um fator pragmático (verbo principal ser descritor, especificador do ato de fala do verbo no subjuntivo).

Não obstante, vimos que a teorização dos autores pressupõe um estágio paratático que talvez não tenha sido do jeito que eles previram. Possíveis consequências de esse estágio ter outras características e como isso influenciaria o processo de surgimento das orações substantivas em latim precisam ser ainda melhor pensados.

Por fim, busquei mostrar que, embora a busca por relíquias desse suposto estágio paratático em Plauto tenha seus problemas, os dados ainda podem render análises distribucionais capazes de tanto nos fornecer informações do funcionamento sincrônico da língua empregada por Plauto, quanto indicar transformações históricas pelas quais o latim estivesse passando.

Agradecimentos

Essa pesquisa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2019/05648-5.

Referências

ALLEN, J. H.; GREENOUGH, J. B. *New Latin Grammar*. Boston; London: Ginn & Company, 1903.

ANTOINE, F. De la parataxe et de l’hypotaxe dans la langue latine. *Revue des Études Anciennes*, Bordeaux, v. 1, n. 1, p. 27-46, 1899. DOI: <https://doi.org/10.3406/rea.1899.1124>.

BALDI, P. *The Foundations of Latin*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110807110>.

BENNETT, C. E. *Syntax of Early Latin*. Hildesheim: Georg Olms, 1982 [1910-1914]. 2 v. em 1.

BENVENISTE, É. L'appareil formel de l'énonciation. In: BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*, 2. [S. l.]: Gallimard, 2014. p. 79-90.

BRUGMANN, K. *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*. Einleitung und Leutlehre. Wortbildungslehre. Strassburg: Karl J. Trübner, 1886-1892. 2 v.

BUCK, C. D. *A Grammar of Oscan and Umbrian*. Boston: The Athenaeum Press, 1904.

CART, A. et al. *Grammaire Latine*. [S. l.]: Nathan, 2007 [1955].

CLACKSON, J.; HORROCKS, G. *The Blackwell History of the Latin Language*. Malden, MA; Oxford: Wiley-Blackwell, 2011 [2007].

DE VAAN, M. *Etymological Dictionary of Latin and the Other Italic Languages*. Leiden; Boston: Brill, 2008. (Leiden Indo-European Etymological Dictionary Series, v. 7).

DELBRÜCK, B. *Vergleichende Syntax der indogermanischen Sprachen*. Strassburg: Karl J. Trübner, 1893-1900. 3 v. (Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen). DOI: <https://doi.org/10.1515/9783111600550>.

DICKEY, E. The Rules of Politeness and Latin Request Formulae. In: PROBERT, P.; WILLI, A. (ed.). *Laws and Rules in Indo-European*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 313-328. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199609925.003.0017>.

DURHAM, C. L. *The Subjunctive Substantive Clauses in Plautus, not Including Indirect Questions*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1901. (Cornell Studies In Classical Philology, v. 13). Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027/mdp.39015035972697>. Acesso em: 1 out. 2020.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 2001.

FORTSON, B. W. *Indo-European Language and Culture: An Introduction*. 2. ed. Malden; Oxford: Blackwell, 2010.

HOFMANN, J. B.; SZANTYR, A. *Lateinische Syntax und Stilistik*. München: C. Beck, 1965.

LIMA, R. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

LINDSKOG, C. *Quaestiones de parataxi et hypotaxi apud priscos latinos*. Lundae: Möller, 1896.

MAZZANTI JR., A. With or without *ut*? Full Evidence of Subjunctive Complementation of *facio* in Archaic Latin. *Transactions of the Philological Society*, v. 118, n. 1, p. 79-93, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-968X.12167>.

MORPURGO DAVIES, A. Karl Brugmann and Late Nineteenth-Century Linguistics. In: BYNON, T.; PALMER, F. R. (ed.). *Studies in the History of Western Linguistics*. In Honour of R. H. Robins. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: http://www.ling-phil.ox.ac.uk/files/amd_brugmann_and_late_19th_c._linguistics_1986.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

PINKSTER, H. *Oxford Latin Syntax*. Volume 1: The simple clause. Oxford: Oxford University Press, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199283613.001.0001>.

POKORNY, J. *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*. Bern; München: Francke Verlag, 1959.

RISSELADA, R. *Imperatives and Others Directives Expressions in Latin: A Study in the Pragmatics of a Dead Language*. Amsterdam: Gieben, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1163/9789004408975>.

SCHMIDT, J. Die griechischen ortsadverbia auf -υι, -υις und der interrogativstamm ku. *Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung auf dem Gebiete der Indogermanischen Sprachen*, Cambridge, v. 32, p. 394-415, 1893.

SEARLE, J. R. Classification of Illocutionary Acts. *Language in Society*, Cambridge, v. 5, n. 1, p. 1-23, 1976. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0047404500006837>.

USSING, J. L. *T. Macci Plauti Comoediae*. Volumen primum. Amphitruonem et Asinariam cum prolegomenis et commentariis continens. Hauniae: Sumptibus Librariae Gyldendaliansae, 1875.

WEISS, M. *Outline of the Historical and Comparative Grammar of Latin*. Ann Arbor; New York: Beech Stave Press, 2009.

Apêndice

Tradução ao português das páginas 8-12 de Durham (1901).

CAPÍTULO I: Orações substantivas desenvolvidas a partir do jussivo

Nossa primeira categoria, no tratamento das Orações Substantivas de Subjuntivo, consiste nos casos derivados do subjuntivo indo-europeu de “vontade” representado pelo uso no subjuntivo latino que recebeu o nome de “jussivo”.

Em vista do fato de que sentenças desse tipo têm sido tratadas de vários modos por diferentes estudiosos, seria necessário justificar, de partida, a nossa presente base de classificação e nomenclatura.

Muitas das diferentes opiniões entre proeminentes estudiosos são, sem dúvida, em maior ou menor grau, devidas à falha em se concordar sobre as definições precisas de alguns dos *termini technici* [termos técnicos] da sintaxe latina, mas é claramente o dever de uma investigação sempre insistir na exatidão do uso de termos técnicos e não alternar com aqueles que são obscuros ou incorretamente empregados. Com referência, agora, a tais nomenclaturas como “orações substantivas finais”, “orações finais completivas”, etc., as quais são às vezes empregadas a sentenças do tipo sob consideração, o erro não está em errar a força original de dada ocorrência de um subjuntivo hipotático, mas no tratamento histórico do uso do modo. É um fato amplamente admitido, é claro, que a oração final teve sua origem no subjuntivo jussivo, mas não é correto que todas as orações substantivas derivadas originalmente do jussivo têm sua origem nesta oração final secundária. O mais forte argumento contra chamar orações substantivas do tipo sob discussão de “orações substantivas finais” é simplesmente este: elas não são orações substantivas finais ou qualquer tipo de oração final; ordinariamente, elas não contêm ideia de finalidade, nem em qualquer momento concebível. Dizer, por exemplo, que uma sentença [p. 9] como *Persa 605: iubedum ea huc accedat ad me* [ordene sim que ela venha para cá comigo] contenha uma “oração substantiva final” é fazer uma classificação baseada numa condição mental que, é verdade, pode ser conotada pelo verbo de ordem,³⁶ mas que não está mais autorizado a ser base de uma classificação do que qualquer dos outros numerosos estados mentais concomitantes nos quais um falante dá uma ordem. Similarmente, é impossível detectar qualquer noção

³⁶ *I.e.*, a pessoa que dá a ordem pode ter em mente a finalidade de que a pessoa a aborde.

original de finalidade nos vários outros tipos de orações que são comumente classificadas como orações substantivas finais ou orações completivas finais; e.g., não há noção final concebível em expressões como *licet abeas* [é lícito que você parta]; *oportet secum reputet* [convém que ele medite consigo mesmo]; *sino dicat* [eu permito que ele diga]; *fac cures* [trate de cuidar]; *senatus decernit consules uideant* [o senado determina que os cônsules vejam]; *confiteare necesse est* [é necessário que você conceda], etc., etc.

Não somente a significação óbvia dessas orações pesa contra a teoria de uma origem final, mas nós também temos outras provas de que sua origem deve ser buscada diretamente no jussivo. Assim, a teoria de uma origem jussiva é apoiada pela ocorrência frequente de combinações como um imperativo usado como alternativa a uma oração substantiva jussiva, e.g. Plaut. *Persa* 1050: *fac curam des atque nuntiato* [trate de prestar atenção e anuncia]; e também pelo uso de imperativos quase que dependentes dos exatos mesmos verbos que admitem uma oração substantiva, e.g., Plaut. *Most.* 848: *i licet* [vá, é lícito] = *eas licet* [é lícito que você vá]; Ter. *Eun.* 912: *moue te, oro* [mova-se, peço]; Lucr. 3, 962: *concede, necesse est* [concede, é necessário].

Um outro argumento de grande peso é encontrado na frequente ausência de *ut* nessas orações. Isso constitui uma objeção fatal ao reconhecimento de uma origem final, já que em uma oração final pura *ut* nunca está ausente.

Tal coisa como uma genuína oração substantiva de finalidade sem dúvida existe na língua latina, e.g., em *hostes eo consilio uenerunt ut flumen transirent* [os inimigos vieram com o plano de que atravessassem o rio], e similares; mas expressões desse tipo estão limitadas a frases apositivas seguindo *eo consilio* [com este plano], *hac causa* [por este motivo], e frases similares, nas quais, não fosse pelo ablativo, a oração subordinada seria adverbial e não substantiva.

Eu defendo, portanto, que “oração subordinada desenvolvida [p. 10] a partir do jussivo” oposta a “oração substantiva final” é a denominação mais precisa para todas aquelas sentenças em que a oração subordinada tem sua origem imediatamente num subjuntivo jussivo original e não mediada pela oração final secundária.

E sigo agora a uma classificação sistemática do material que vem classificado como orações substantivas derivadas de um subjuntivo jussivo original. Os diferentes verbos são organizados em categorias baseadas em seus significados. Em cada categoria, eu coloquei, primeiro, todas as ocorrências do subjuntivo simples sem *ut* (onde ele ocorre); em seguida, todas as ocorrências do subjuntivo com *ut*; em terceiro, ocorrências do subjuntivo com *ne*; por fim,

ocorrências com *ut ne*. Ao tratar cada uma dessas quatro classes, os exemplos em que o subjuntivo precede (apontando provavelmente ao tipo de construção mais antigo) são apresentados primeiro. Em cada uma das quatro categorias, eu tratei primeiro daquelas orações que representam usos originais, *i.e.*, orações em que o subjuntivo pode ser concebido como tendo sido em algum momento um jussivo independente em uso paratático, *e.g.*, *te iubeo, abeas* [te ordeno; que você parta!]. Em segundo lugar, eu coloco aqueles subjuntivos que representam usos derivados, *i.e.*, subjuntivos aos quais a suposição de um jussivo independente original é impossível, *e.g.*, *iubet abeamus*. Aqui *abeamus* não pode originalmente ter estado em uma combinação paratática, já que *abeatis* (ou *abite*) teria representado a ordem original dada pelo sujeito de *iubet; abeamus*, portanto, nesta sentença claramente representa um uso derivado modelado naquelas expressões em que o subjuntivo era originalmente um verdadeiro jussivo.

Esses usos derivados são tão variados em caráter e seu entendimento influencia tão vitalmente o método e resultados da presente investigação que parece recomendável discutir de saída de modo mais completo o que é considerado sob a categoria de “usos derivados” na discussão e classificação que constituem o corpo desta investigação.

Tomando como um tipo original a sentença *te iubeo mihi filiam* [p. 11] *despondeas* [eu ordeno que você prometa a sua filha a mim], eu considero que ela levou à seguinte variedade de “extensões”:

a) “extensões dentro do presente”. Podem ser segundo algumas variedades. Assim, a partir da analogia com o tipo original, encontramos expressões como *me iubet sibi filiam despondeam* [ele_x ordena que eu prometa a minha filha a ele_x], o qual claramente não pode ter sido uma forma original de expressão datando dos tempos paratáticos, pois *sibi filiam despondeam* como uma expressão independente é dificilmente concebível. Ou, ainda, alguém pode dizer *te iubet sibi filiam despondeas* [ele_x ordena que você prometa a sua filha a ele_x], o qual é, do mesmo modo, claramente uma extensão por analogia, em oposição a um uso original. Ou podemos ter *eum iubet sibi filiam despondeat* [ele_x ordena que ele_y prometa a filha a ele_x]; ou *eum iubet tibi filiam despondeat* [$você_x$ ordena que ele_y prometa a sua $_y$ filha a $você_x$]; ou *me iubet tibi filiam despondeam* [$você_x$ me ordena que eu prometa a minha filha a $você_x$]. Das seis sentenças dadas, somente uma, portanto, pode ser original. As outras são extensões naturais que vêm da analogia com o “uso original”. Extensões desse tipo, eu tenho chamado de “extensões dentro do presente”. Às vezes a extensão não está na oração subordinada, mas no verbo principal, como, por exemplo,

quando digo *tibi edicam ne abeas* [eu ordenarei a você que não parta], a partir da analogia com *tibi edico ne abeas* [eu ordeno a você que não parta]. Expressões desse tipo, eu tenho classificado sob a mesma categoria de “extensões dentro do presente”.

b) “extensões de tempo [*tense*]”. A ilustração mais comum das extensões de tempo é encontrada no caso de imperfeitos representando um presente projetado no passado, e.g., *Stich. 624: dixi equidem in carcerem ires* [eu disse que você fosse para a prisão], em que *ires* obviamente não pode ter sido original, mas simplesmente representa um *eas* [que você vá] original projetado no tempo passado. Essa projeção no passado é também frequentemente acompanhada por uma extensão de pessoa, e.g., *Aul. 281: edixit mihi ut dispertirem* [ordenou-me que eu dividisse] (originalmente *dispertias* [que você divida]).

Outros tempos também figuram (apesar de menos frequentemente) nessas “extensões de tempo”. Assim, dificilmente encontraríamos um perfeito do subjuntivo em uso optativo independente empregado como presente do perfeito. Ainda assim, orações substantivas de origem optativa de fato apresentam tal força, e.g., *Poen. 950: deos ueneror ut rite uenerim* [rogo aos deuses] “que eu cheguei bem”; de modo similar com verbos de temor, *Truc. 774: timeo ne malefacta mea sint inuenta omnia* [temo que todos os meus maus atos] “tenham sido descobertos”. Mesmo o mais-que-perfeito às vezes ocorre, e.g., *Pseud. 912: metuebam male ne abisses* [eu temia que tivesse escapado]. [p. 12]

c) “extensões de negação”. É claramente evidente que uma expressão como *tibi non edico ut abeas* [não ordeno que você parta] não pode representar um tipo original de fala. Dizer “vá embora, eu *não* digo isso a você” é uma contradição em termos.

d) “extensões interrogativas”. Similarmente, um *quis tibi mandat ut emas* [quem ordena a você que compre?] não pode de modo concebível representar uma parataxe original, pois a contradição é novamente patente.

e) Uma categoria muito importante é a de “extensões por analogia do significado do verbo”. Eu me refiro a construções como as orações substantivas que seguem *exoro, peripello, persuadeo, impetro*, etc. (veja abaixo Categorias 3, 4). Aqui a negação (*ne*) aponta claramente à origem jussiva da oração, ainda assim um original *te exoro ut mihi ignoscatur* [peço com veemência a você que se me perdoe]; *tibi persuadeo ut abeas* [persuado a você que parta], etc., não podem ser aceitos. Nenhuma pessoa sã seria capaz de porventura dizer “vá embora! eu persuado você (a isso)”; “me perdoe! Eu peço com veemência (que você o faça)”. Resta somente explicar a construção com esses verbos como de origem secundária e modelados na construção com os verbos simples

a partir dos quais eles são compostos. O reconhecimento dessa influência no desenvolvimento sintático é, creio, da maior importância. Maiores detalhes dessa operação são dados num momento posterior.

f) “extensões de voz passiva”. Eu também considerei adequado reconhecer esse tipo, embora eles tenham um papel muito menor do que qualquer dos previamente enumerados. Um exemplo é *Most. 876 ut eant uocitantur* [são chamados a irem], evidentemente modelado em alguma forma na voz ativa como *uos uoco* (no sentido de *ordenar*) *ut eatis* [ordeno a vocês que vão].

Outras variedades de “extensões” também ocorrem, mas elas estão confinadas, sobretudo, a variedades do modo verbal do verbo principal e não receberam atenção especial nesta investigação. Combinações de uma ou mais das extensões acima enumeradas também são frequentes. Nesses casos, eu as classifiquei baseado no que me parecia o elemento mais saliente da extensão. Às vezes esse procedimento pode parecer um pouco arbitrário, mas ao destacar uma característica da extensão para classificação, não pretendi ignorar as outras características, embora eu não tenha chamado atenção a elas.

Recebido em: 27 de outubro de 2020.

Aprovado em: 11 de fevereiro de 2021.